



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Concurso Público para provimento de cargo de
Auditor

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 120 questões, numeradas de 01 a 120.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá o total de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. É certo que o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores
- (A) têm jurisdição nacional limitada às causas de natureza federal.
 - (B) não tem jurisdição sobre os Municípios, visto que a justiça é estadual.
 - (C) têm jurisdição em todo o território nacional.
 - (D) não tem jurisdição sobre os Estados-membros porque estes são autônomos.
 - (E) têm jurisdição ampla em relação aos Estados.
-
2. Dentre outras, é competência dos Tribunais Regionais, processar e julgar, originariamente,
- (A) o crime político praticado por Prefeitos Municipais e Vereadores sem relação com o período eleitoral.
 - (B) as causas em que forem partes organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa domiciliada no País.
 - (C) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
 - (D) os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
 - (E) os *habeas corpus* quando o coator ou paciente for membros dos Tribunais de Contas dos Estados.
-
3. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observado, dentre outros princípios, o de
- (A) previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados.
 - (B) que um quinto dos lugares dos Tribunais em geral, será composto de membros do Ministério Público com mais de cinco anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de cinco anos de atividade profissional, em lista triplíce pelos respectivos órgãos de representação.
 - (C) instituição de um órgão especial, nos tribunais com número superior a vinte julgadores, com o mínimo de dez e o máximo de vinte membros, para o exercício de atribuições correcionais e judiciais em geral, provendo-se um terço das vagas por antiguidade e dois terços por eleição interna.
 - (D) que o número de juízes na unidade jurisdicional pode ser desproporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população, sendo que os servidores não podem receber delegação para a prática de atos de administração e mero expediente, ainda que sem caráter decisório.
 - (E) residência obrigatória do juiz titular na respectiva comarca, em qualquer situação, sendo que o ato de remoção do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria do respectivo tribunal e do Conselho Nacional de Justiça.

4. Ao examinar situação causadora de dano ambiental em águas marítimas, somada a condutas criminosas de seus autores, o membro do Ministério Público verificou estar presente a necessidade de inquérito policial e uma ação civil pública. Diante disso, observa-se que o órgão ministerial deverá
- (A) aguardar a instauração do inquérito policial pelo delegado de polícia, assim como o ajuizamento da ação civil pública por terceiros interessados.
 - (B) participar com a autoridade policial das investigações sobre os fatos, observando que estará impedido de promover a ação civil pública.
 - (C) solicitar ao juízo competente que determine a instauração do inquérito policial e que se proceda as investigações necessárias à ação civil pública.
 - (D) notificar os agentes públicos para subsidiar o inquérito policial, sendo certo que terceiros ficarão impedidos de promover a ação civil pública.
 - (E) requisitar o inquérito policial, sendo certo que sua legitimação para a ação civil pública não impede a de terceiros.
-
5. A Administração Pública deverá obedecer aos princípios expressos na Constituição Federal, mas é INCORRETO afirmar que,
- (A) também depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias de sociedades de economia mista.
 - (B) é vedada, de regra a acumulação remunerada de cargos públicos, estendendo-se também a funções em fundações e empresas públicas.
 - (C) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, em todo território nacional e em qualquer área, precedência sobre os demais setores administrativos.
 - (D) as administrações tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada.
 - (E) é vedada a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
-
6. No que diz respeito aos princípios constitucionais aplicáveis aos servidores públicos, considere:
- I. Na fixação dos padrões de vencimento não é necessária a observância dos requisitos para a investidura.
 - II. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
 - III. É vedada, de regra, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de previdência de caráter contributivo e solidário.
 - IV. Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.
- Nesses casos, é correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, II e IV.

<p>7. As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico</p> <p>(A) não estão sujeitas aos princípios da anualidade ou da anterioridade.</p> <p>(B) podem incidir sobre as receitas decorrentes de exportação.</p> <p>(C) não incidem sobre a importação de produtos estrangeiros.</p> <p>(D) só podem incidir uma única vez em razão do <i>ne bis in idem</i>.</p> <p>(E) poderão ser instituídas exclusivamente pela União.</p>	<p>11. Dentre outras atribuições, NÃO cabe a Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor acerca das matérias de competência do Estado do Ceará, especialmente, sobre:</p> <p>(A) organização administrativa da Defensoria Pública.</p> <p>(B) fixação das custas judiciais.</p> <p>(C) atividades financeiras em geral.</p> <p>(D) transferência temporária da sede do governo municipal.</p> <p>(E) limites dos territórios municipais.</p>
<p>8. A imunidade tributária, dentre outras hipóteses, ocorre na instituição de</p> <p>(A) quaisquer contribuições sobre os serviços das instituições de assistência social, sem fins lucrativos.</p> <p>(B) taxas e preços públicos incidentes sobre os templos de qualquer culto.</p> <p>(C) quaisquer tributos sobre a renda das pessoas jurídicas de direito público.</p> <p>(D) impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.</p> <p>(E) taxas, de qualquer natureza, sobre o patrimônio ou serviços das entidades sindicais.</p>	<p>12. Podem propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, dentre outros,</p> <p>(A) o Ministro de Estado.</p> <p>(B) a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.</p> <p>(C) o Advogado-Geral da União.</p> <p>(D) o Chefe da Controladoria-Geral da União.</p> <p>(E) o Presidente de Tribunal Superior.</p>
<p>9. Em matéria de finanças públicas é correta a afirmação de que o Banco Central</p> <p>(A) não poderá, em qualquer hipótese, conceder direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional.</p> <p>(B) não poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional com o objetivo de regular a oferta de moeda.</p> <p>(C) poderá conceder empréstimos a entidades públicas, ainda que não sejam instituições financeiras.</p> <p>(D) não poderá ser o depositário das disponibilidades de caixa da União, as quais devem ser depositadas nos outros bancos oficiais.</p> <p>(E) poderá, em situações de instabilidade cambial, conceder, dentro de certos limites, empréstimos ao Tesouro Nacional.</p>	<p>13. Quanto a intervenção federal, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a mensagem de intervenção, que especificará apenas o prazo de sua execução e a indicação do interventor, será submetida a apreciação do Senado Federal, no prazo de quarenta e oito horas.</p> <p>(B) cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a eles voltarão, salvo impedimento legal.</p> <p>(C) a União, dentre outras hipóteses, não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto dentre outras razões, para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial.</p> <p>(D) a decretação da intervenção dependerá no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(E) a União, dentre outras hipóteses, não intervirá nos Estados, exceto para assegurar também o princípio constitucional do sistema representativo.</p>
<p>10. Tendo em vista a atividade econômica do Estado é certo que</p> <p>(A) as presidências e os conselhos administrativos de todas as empresas estatais estabelecerão, a seu critério, os respectivos estatutos jurídicos.</p> <p>(B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.</p> <p>(C) o livre exercício de qualquer atividade econômica sempre dependerá da autorização do órgãos públicos para evitar o abuso do poder econômico.</p> <p>(D) incumbe ao Poder Público a prestação de serviços públicos sempre sob o regime de concessão ou permissão, com ou sem licitação .</p> <p>(E) o proprietário do solo não terá participação nos resultados da lavra de recursos minerais por pertencerem em seu todo a União.</p>	<p>14. É correto afirmar:</p> <p>(A) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 6% (seis por cento) da receita bruta do Município.</p> <p>(B) O número de Vereadores será proporcional aos eleitores do Município, observado o mínimo de nove e o máximo de vinte e um nos Municípios de até quinhentos mil eleitores.</p> <p>(C) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.</p> <p>(D) Compete ao Município criar, organizar e suprimir distritos, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito dentro do período determinado pela lei complementar federal e observada a Lei Orgânica dos Municípios.</p> <p>(E) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal devem semestralmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria simples dos membros do Legislativo local.</p>

<p>15. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre Direito</p> <p>(A) eleitoral e agrário. (B) civil e penal. (C) comercial e do trabalho. (D) processual e marítimo. (E) financeiro e econômico.</p>	<p>19. Considere as seguintes assertivas sobre a classificação das Constituições:</p> <p>I. Semiflexível ou semi-rígida é a Carta escrita que possui em seu corpo, ao mesmo tempo, dispositivos que não são passíveis de alteração, e outros que, muito embora possam sofrer mudanças, estão condicionados à observância de regras mais severas que as impostas às demais espécies normativas.</p> <p>II. Analítica é a que examina e regulamenta todos os assuntos que entenda relevantes à formação, destinação e funcionamento do Estado.</p> <p>III. Dogmática é a resultante da lenta e contínua formação histórica de um povo, cuja reunião de textos legais, costumes e jurisprudência consubstancia a lei fundamental de organização estatal, como é o caso da constituição inglesa.</p> <p>IV. Formal é aquela consistente em um documento único, solene, instituído pelo Poder Constituinte Originário, por meio de uma revolução ou Assembleia Nacional Constituinte, que pode conter, em seu corpo, normas outras que não substancialmente constitucionais.</p> <p>V. Sintética é aquela que contém apenas as regras efetivamente fundamentais à formação e à caracterização de um Estado, relativas à sua estrutura, forma de governo, modo de aquisição e exercício de poder, limites de atuação estatal e fixação dos direitos e garantias fundamentais.</p>
<p>16. É correto afirmar:</p> <p>(A) Parlamentarismo é a forma de governo em que há profunda independência entre os Poderes Legislativo e Executivo, que são exercidos por pessoas diferentes, podendo o Primeiro-Ministro indicado pelo Chefe do Executivo, ser destituído por decisão da maioria do Legislativo, através da aprovação de moção de desconfiança.</p> <p>(B) Sistema diretorial de governo, é aquele no qual existe total subordinação do Poder Legislativo ao Executivo, que concentra, em sua totalidade, o poder político estatal, sendo que o colegiado de governantes é indicado pelo Chefe do Executivo, para exercício do mandato com prazo indeterminado.</p> <p>(C) Democracia semidireta é aquela que se caracteriza pela eleição de representantes do povo, por meio do voto, dotada de mecanismos de participação popular direta, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.</p> <p>(D) Confederação é a união permanente de dois ou mais Estados-membros, os quais, conservando sua autonomia político-administrativa, abrem mão de sua soberania, em favor do Estado Federal.</p> <p>(E) Estado simples é aquele formado por mais de um Estado com alguns ou vários poderes públicos internos funcionando ao mesmo tempo.</p>	<p>Estão corretas as assertivas que se encontram SOMENTE em</p> <p>(A) I e II. (B) I e IV. (C) I, III e V. (D) II, III e IV. (E) II, IV e V.</p>
<p>17. Em tema de Poder Constituinte Derivado, é INCORRETO afirmar que ele é</p> <p>(A) subordinado, porque está em posição hierarquicamente inferior ao poder constituinte originário, não podendo contrariar as regras fixadas por este.</p> <p>(B) previsto no próprio texto constitucional, para reformar a Constituição vigente, ou de permitir que as unidades que compõem a Federação instituem suas próprias Constituições.</p> <p>(C) condicionado, por estar submetido aos condicionamentos impostos pelo poder constituinte originário.</p> <p>(D) ilimitado, porque não encontra limites na elaboração do texto constitucional, podendo dispor sobre quaisquer temas que repute necessários.</p> <p>(E) também chamado de secundário ou de segundo grau.</p>	
<p>18. A ação direta de inconstitucionalidade genérica tem cabimento, dentre outras hipóteses, em relação</p> <p>(A) às leis já revogadas, mesmo que haja relações jurídicas celebradas à época de sua vigência.</p> <p>(B) à lei distrital, em face da Constituição Federal, desde que se trate de uma norma, editada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, em decorrência do exercício de sua competência estadual.</p> <p>(C) à norma inserida no corpo da Constituição Federal pelo próprio Poder Constituinte Originário, e que esteja em aparente contradição, seja com cláusulas pétreas, seja com princípios constitucionais superiores.</p> <p>(D) à norma anterior à Constituição.</p> <p>(E) à lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal, perante o Supremo Tribunal Federal ou perante o Tribunal de Justiça.</p>	<p>20. O Prefeito que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público,</p> <p>(A) responderá por crime de responsabilidade e ficará sujeito a pena de reclusão e/ou multa, ficando no cargo até decisão final.</p> <p>(B) permanecerá no cargo até decisão da Câmara Municipal, que poderá, mediante voto da maioria absoluta dos seus membros, em turno único de votação, mantê-lo ou suspendê-lo das atividades de Chefe do Executivo Municipal.</p> <p>(C) responderá por crime de improbidade administrativa, permanecendo no cargo até decisão com trânsito em julgado.</p> <p>(D) perderá o mandato.</p> <p>(E) permanecerá no cargo, desde que não haja incompatibilidade de horários, caso contrário será suspenso das atividades de Chefe do Executivo Municipal, pelo período restante do mandato.</p>

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. A Assembléia Legislativa, no exercício de sua atípica função administrativa, ao aplicar, de ofício, “resolução” por ela anteriormente editada, atua em conformidade com

- (A) o princípio da reserva legal.
- (B) o princípio da legalidade.
- (C) seu poder de revisão.
- (D) seu poder regulamentar.
- (E) o princípio da autotutela.

22. A autarquia

- I. pode, ou não, ser criada por lei.
- II. deve ser criada por lei.
- III. não tem patrimônio próprio.
- IV. não se submete ao regime falimentar.
- V. pode ser criada tanto para prestar serviços públicos como para explorar atividade econômica.

SOMENTE são corretas as assertivas

- (A) I e V.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, III e V.
- (E) II, III e V.

23. Considere as seguintes afirmações:

- I. Empresa pública que preste serviços públicos detém personalidade jurídica de direito público.
- II. Empresa pública pode ser criada para explorar atividade econômica.
- III. O Estado responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas por empresa pública que integre sua Administração Direta.
- IV. A vedação da União, Estados, Distrito Federal e Municípios instituírem impostos sobre patrimônio uns dos outros é extensiva às fundações criadas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao seu patrimônio vinculado a suas finalidades essenciais.
- V. A sociedade de economia mista sempre detém personalidade jurídica de direito privado.

SOMENTE estão corretas

- (A) II, IV e V.
- (B) II, III e V.
- (C) I, III e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e IV.

24. É INCORRETO afirmar acerca das “entidades qualificadas como organizações sociais”:

- (A) são pessoas jurídicas de direito privado.
- (B) não podem ostentar fins lucrativos.
- (C) integram a Administração Indireta.
- (D) a titularidade do serviço público não é a elas transferida.
- (E) são declaradas como entidades de interesse social, para todos os efeitos legais.

25. Considere os seguintes enunciados e seus respectivos enquadramentos classificatórios:

- I. Conjugação de vontades de mais de um órgão com vistas à formação de um único ato administrativo: ato composto.
- II. Ato por meio do qual a Administração certifica determinado fato: ato enunciativo.
- III. Ato praticado pela Administração sem usar de sua supremacia sobre os destinatários: ato de gestão.

SOMENTE

- (A) I está correta.
- (B) II está correta.
- (C) III está correta.
- (D) I e II estão corretas.
- (E) II e III estão corretas.

26. O “mérito administrativo” mostra-se compatível com o poder

- (A) discricionário e com o elemento “competência” do ato administrativo.
- (B) discricionário e com o elemento “motivo” do ato administrativo.
- (C) vinculado e com o elemento “forma” do ato administrativo.
- (D) vinculado e com o elemento “finalidade” do ato administrativo.
- (E) vinculado e com o elemento “objeto” do ato administrativo.

27. Em relação à revogação e anulação do ato administrativo, como regra geral, é correto afirmar:

- (A) Anulação gera efeitos *ex tunc* e, em princípio, não há que se cogitar em “direito adquirido” baseado no ato invalidado.
- (B) Revogação gera efeitos *ex tunc* e, em princípio, deverá ser respeitado o “direito adquirido” baseado no ato revogado.
- (C) Anulação gera efeitos *ex nunc* e, em princípio, deverá ser respeitado o “direito adquirido” baseado no ato invalidado.
- (D) Revogação gera efeitos *ex nunc* e, em princípio, não há que se cogitar em “direito adquirido” baseado no ato revogado.
- (E) Anulação e Revogação geram efeitos *ex nunc* e, em princípio, não há que se cogitar em “direito adquirido” baseado no ato invalidado ou revogado.

<p>28. O Poder Judiciário pode anular os atos administrativos em razão, apenas, da sua</p> <p>(A) inconveniência e/ou inoportunidade. (B) ilegalidade e/ou inoportunidade. (C) ilegalidade e/ou inconveniência. (D) ilegalidade. (E) ilegalidade, inoportunidade e/ou inconveniência.</p>	<p>32. Ao apurar atos, supostamente em desconformidade com o respectivo estatuto funcional, praticados por servidor no exercício de suas atribuições, age a Administração em adequação com o poder</p> <p>(A) de polícia. (B) regulamentar. (C) discricionário. (D) disciplinar. (E) normativo na esfera penal.</p>
<p>29. É INEXIGÍVEL licitação pública:</p> <p>(A) para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração. (B) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem. (C) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares. (D) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional. (E) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.</p>	<p>33. Servidores Públicos e sua disciplina constitucional. Considere as assertivas:</p> <p>I. após três anos de serviço público, automaticamente o servidor efetivo adquire estabilidade; II. a estabilidade assegura ao servidor efetivo o direito de permanência no cargo provido; III. o servidor estável somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(A) Apenas I está incorreta. (B) Apenas II e III estão incorretas. (C) Apenas I e III estão incorretas. (D) Apenas III está incorreta. (E) I, II e III estão incorretas.</p>
<p>30. O pregão</p> <p>(A) não corresponde a uma modalidade de licitação pública. (B) aplica-se exclusivamente no âmbito da União. (C) mostra-se aplicável à aquisição de quaisquer bens e serviços. (D) apresenta a seguinte característica: encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, apenas então o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta. (E) admite os seguintes critérios de julgamento e classificação das propostas: "menor preço" ou "melhor técnica".</p>	<p>34. A Constituição Federal</p> <p>(A) proíbe o exercício de greve pelos servidores públicos. (B) não prevê o direito de greve dos servidores públicos. (C) prevê o direito de greve dos servidores públicos por intermédio de norma de eficácia limitada, sujeito à regulamentação por lei ordinária. (D) prevê o direito de greve dos servidores públicos por intermédio de norma de eficácia plena e imediata. (E) prevê o direito de greve dos servidores públicos por intermédio de norma de eficácia limitada, sujeito à regulamentação por lei complementar.</p>
<p>31. Considere as seguintes proposições:</p> <p>I. As cláusulas exorbitantes decorrem do caráter bilateral dos contratos administrativos. II. O Poder Público tem a prerrogativa, irrestrita, de rescindir, unilateralmente, os contratos administrativos. III. A Administração pode aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato administrativo. IV. A Administração pode unilateralmente modificar o contrato administrativo para melhor ajustá-lo às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado e o equilíbrio econômico-financeiro. V. O particular contratado não pode rescindir o contrato administrativo em razão de atraso, inferior a 90 (noventa) dias, dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, ou parcela destas, já executadas.</p> <p>Estão corretas SOMENTE</p> <p>(A) III, IV e V. (B) II, III e IV. (C) III e IV. (D) IV e V. (E) I e II.</p>	<p>35. O processo administrativo disciplinar:</p> <p>I. sujeita-se ao princípio da ampla defesa; II. sujeita-se ao princípio do contraditório; III. tem sua sanção cumulável com as sanções civil e penal.</p> <p>(A) Apenas I e II estão corretas. (B) Apenas I e III estão corretas. (C) Apenas II e III estão corretas. (D) Apenas II está correta. (E) I, II e III estão corretas.</p>

36. Associa-se, a “concessão de uso de bem público”, às seguintes características obrigatórias ou preponderantes:

- (A) precariedade, prazo certo e determinado e ato unilateral.
- (B) não precariedade, caráter *intuitu personae* e contrato administrativo.
- (C) onerosidade e ato unilateral.
- (D) precariedade, gratuidade e contrato administrativo.
- (E) sujeição à prévia licitação, precariedade e ato unilateral.

Atenção: Para responder às questões de números 37 a 40 assinale, na folha de respostas, a alternativa que contém a afirmação correta em relação ao assunto indicado.

37. Consórcios públicos.

- (A) Sempre adquirirão personalidade jurídica de direito público.
- (B) Nunca estão autorizados a promover desapropriação e instituir servidões.
- (C) Podem celebrá-los a União com os Estados e Municípios, os Estados entre si e com os Municípios, mas não, isoladamente, os Municípios entre si.
- (D) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- (E) Não podem ser celebrados na área da saúde.

38. Domínio Público.

- (A) Os bens públicos imóveis são imprescritíveis, sejam urbanos ou rurais.
- (B) À luz do princípio da isonomia, é vedado à Administração usucapir bens particulares.
- (C) Exclusivamente os bens públicos imóveis urbanos são impassíveis de serem usucapidos.
- (D) Exclusivamente os bens públicos imóveis rurais são impassíveis de serem usucapidos.
- (E) Constituição Federal é silente acerca da (im)prescritibilidade dos bens públicos imóveis, relegando a matéria à disciplina legal.

39. Responsabilidade civil da Administração.

- (A) A “responsabilidade objetiva” e a “responsabilidade aquiliana” equivalem-se.
- (B) Segundo a teoria do “risco administrativo”, recai sobre a vítima o ônus de comprovar a culpa e/ou dolo da Administração.
- (C) Segundo a teoria do “risco administrativo”, a responsabilidade da Administração pode ser excluída ou mitigada, respectivamente, pela culpa exclusiva ou parcial da vítima.
- (D) Segundo a teoria do “risco integral”, a responsabilidade da Administração pode ser excluída ou mitigada, respectivamente, pela culpa exclusiva ou parcial da vítima.
- (E) Segundo a “teoria da responsabilidade aquiliana”, não se exige que a vítima comprove a culpa e/ou dolo da Administração.

40. Improbidade Administrativa.

- (A) As hipóteses ensejadoras de sanção previstas na Lei nº 8.429/92 são taxativas.
- (B) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo constitui ato de improbidade atentatório contra os princípios da Administração Pública.
- (C) A comprovação do “prejuízo ao Erário” é requisito essencial e obrigatório para o enquadramento de conduta do agente público em quaisquer das hipóteses de improbidade previstas na Lei nº 8.429/92.
- (D) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público não está sujeito às cominações da Lei nº 8.429/92.
- (E) Deflagrada apuração de ato de improbidade em sede de controle interno, é facultado, à Administração, dar conhecimento ao Tribunal de Contas do respectivo procedimento administrativo apurativo.

DIREITO FINANCEIRO

41. A lei orçamentária anual

- (A) não conterà dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares.
- (B) deverá conter anexos de risco fiscal e de metas fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas e despesas.
- (C) estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
- (D) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada.
- (E) apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, e ainda as metas de inflação, para o exercício subsequente.

42. Considere as seguintes afirmações:

- I. O projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até encerramento da sessão legislativa.
- II. O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até seis meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- III. O projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

SOMENTE está correto o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

<p>43. Em regra, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa. Esta vedação não terá cabimento nas seguintes hipóteses:</p> <p>(A) repartição constitucional do produto da arrecadação de impostos; IPVA para conservação das vias públicas estaduais.</p> <p>(B) IPTU para prestação de garantia para União; ITR para indenização por desapropriação para fins de Reforma Agrária.</p> <p>(C) ITBI para pagamento de débitos para com a União; IPTU para prestação de garantia para o Estado.</p> <p>(D) receita de impostos para prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita; IPI para financiamento de planos nacionais de desenvolvimento regional.</p> <p>(E) receita de impostos para as ações e serviços públicos de saúde; receita de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino.</p>	<p>47. Os empréstimos públicos contraídos a curto prazo, para satisfação de necessidades momentâneas do Tesouro, como, por exemplo, por antecipação de receita; e os empréstimos públicos contraídos a longo prazo, para compromissos de exigibilidade superior a doze meses, denominam-se, respectivamente, dívida pública</p> <p>(A) flutuante e fundada.</p> <p>(B) consolidada e mobiliária.</p> <p>(C) amortizável e perpétua.</p> <p>(D) flutuante e mobiliária.</p> <p>(E) amortizável e consolidada.</p>
<p>44. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e</p> <p>(A) realizar-se-á somente a partir do trigésimo dia do início do exercício.</p> <p>(B) deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 22 de dezembro de cada ano.</p> <p>(C) estará proibida enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.</p> <p>(D) estará proibida no primeiro ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.</p> <p>(E) dispensará prévia e expressa autorização para contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica.</p>	<p>48. Nos termos do art. 35, da Lei nº 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Assim, se houver despesa com material de consumo empenhada, liquidada e pronta para pagamento, mas não paga até 31 de dezembro, estar-se-á diante de</p> <p>(A) restos a pagar não processados, devendo ser paga a despesa imediatamente após a conclusão do processamento da despesa.</p> <p>(B) despesa de exercício encerrado, para o qual o orçamento consignava crédito próprio, com saldo suficiente, devendo se pagar por crédito adicional excepcional.</p> <p>(C) restos a pagar processados, inscritos em Restos a Pagar Processados, devendo ser paga a despesa como provisão financeira para compromissos a pagar.</p> <p>(D) despesa obrigatória de caráter continuado, passível de anulação, considerando-se receita do ano em que se efetivar, com pagamento através de nova dotação orçamentária.</p> <p>(E) restos a pagar de exercício encerrado, que será novamente empenhado, desde que a despesa tenha sido inserida no plano plurianual.</p>
<p>45. Os créditos adicionais destinados ao reforço de dotação orçamentária denominam-se</p> <p>(A) especiais.</p> <p>(B) extraordinários.</p> <p>(C) <i>superávit</i>.</p> <p>(D) suplementares.</p> <p>(E) excedentes.</p>	<p>49. Em termos constitucionais, se o projeto de lei orçamentária anual for rejeitado,</p> <p>(A) deverá ser enviado novo projeto de lei orçamentária pelo Chefe do Poder Executivo, até o final do exercício financeiro em que vai vigorar.</p> <p>(B) deverá ser aplicada a lei de diretrizes orçamentárias como lei orçamentária anual, já que aquela não pode deixar de ser votada.</p> <p>(C) deverá o Presidente da Câmara dos Deputados apresentar um projeto de lei orçamentária com antecedência de até noventa dias para o término do exercício financeiro.</p> <p>(D) as despesas serão processadas conforme as necessidades, sem prévia dotação e autorização legal, configurando para o Chefe do Poder Executivo responsabilidade político-administrativa.</p> <p>(E) os recursos que ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legal.</p>
<p>46. Quanto à origem, as receitas públicas se classificam em originária, derivada e transferida, segundo classificação doutrinária. São espécies de receitas originária, derivada e transferida, respectivamente,</p> <p>(A) multa administrativa, imposto e receita municipal produto do IPVA.</p> <p>(B) tarifa, taxa e receita estadual produto do IR.</p> <p>(C) receita municipal do IR, multa administrativa e laudêmio.</p> <p>(D) contribuição de melhoria, prescrição aquisitiva e herança vacante.</p> <p>(E) receita estadual produto do IPI, reparação de guerra e multa administrativa.</p>	

<p>50. José Afonso da Silva informa que o sistema orçamentário instituído pela Constituição da República de 1988 é efetivamente moderno, com possibilidade de implantação de um “sistema integrado de planejamento/orçamento-programa”. Isto significa dizer que</p> <p>(A) o orçamento anual é um programa de governo em que estarão descritas todas as metas, objetivo e diretrizes das políticas públicas.</p> <p>(B) os orçamentos fiscal, de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social passam a constituir conteúdo dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais.</p> <p>(C) o plano plurianual é que pode ser denominado um orçamento-programa, por ser o único instrumento que estabelece as diretrizes, metas e objetivos da Administração Pública federal.</p> <p>(D) a lei de diretrizes orçamentárias é o pilar de sustentação dos programas nacionais, regionais e setoriais e por isso deve também ser definida como um orçamento-programa.</p> <p>(E) não existe qualquer vinculação entre o orçamento-programa e o orçamento fiscal, que fica adstrito ao plano de metas fiscais previsto na lei orçamentária anual.</p>	<p>53. A exigência pelo oficial do cartório de registro de imóveis de emolumentos, que sabe ou deve saber indevidos, por superiores aos previstos no Regimento de Custas e Emolumentos,</p> <p>(A) configura o delito de corrupção passiva.</p> <p>(B) configura o crime de concussão.</p> <p>(C) tipifica o delito de emprego irregular de verbas públicas.</p> <p>(D) caracteriza o crime de corrupção ativa.</p> <p>(E) não tipifica o crime de excesso de exação.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO PENAL</p> <p>51. Iniciada a execução do delito, a consumação ocasionada pela ocorrência de causa relativamente independente faz com que o agente</p> <p>(A) responda pelo crime consumado, por situar-se o resultado na esfera de desdobramento de sua conduta.</p> <p>(B) responda pelo crime consumado, em virtude do princípio da equivalência das causas adotado pelo Código Penal brasileiro.</p> <p>(C) responda pelos atos já praticados, porque a causa relativamente superveniente cortou o nexo causal.</p> <p>(D) responda pelo crime consumado, por situar-se o resultado na linha de perigo decorrente da sua conduta.</p> <p>(E) não responda por nenhum ato já praticado, se a causa relativamente independente por si mesma foi apta a produzir o resultado.</p>	<p>54. Considere:</p> <p>I. A perda do cargo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública.</p> <p>II. A perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa fé, do produto do crime.</p> <p>III. A incapacidade para o exercício do pátrio poder, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometido contra filho.</p> <p>É(são) efeito(s) automático(s) da condenação penal o(s) indicado(s) SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>
<p>52. A respeito do dolo e da culpa, é correto afirmar que</p> <p>(A) não pode haver culpa se o agente tiver previsto o resultado.</p> <p>(B) o crime culposos não admite tentativa.</p> <p>(C) no Direito Penal a culpa do réu e da vítima podem compensar-se.</p> <p>(D) no Direito Penal não há concorrência de culpas.</p> <p>(E) a culpa é presumida no tipo penal e o dolo deve estar expresso.</p>	<p>55. A respeito do crime de peculato, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ressarcimento do dano posterior à sentença irrecorrível, em se tratando de peculato culposos, reduz de metade a pena imposta.</p> <p>(B) a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas exclui a possibilidade de reconhecimento do delito de peculato.</p> <p>(C) o ressarcimento do dano, em se tratando de peculato doloso, implica em extinção da punibilidade pela perda do objeto.</p> <p>(D) esse delito, seja na forma de apropriação, seja na forma de desvio, não admite tentativa.</p> <p>(E) é indispensável à caracterização do peculato doloso a fixação do montante exato da vantagem obtida pelo agente.</p>

DIREITO CIVIL

56. Considere as seguintes assertivas sobre a doação, de acordo com o Código Civil:

- I. Se o doador fixar prazo para o donatário declarar se aceita ou não a doação sujeita a encargo, o silêncio do donatário, ciente do prazo fixado, valerá como aceitação.
- II. A doação verbal é válida, desde que verse sobre bens móveis e de pequeno valor, se lhe seguir incontinenti a tradição.
- III. A doação feita ao nascituro é válida, desde que aceita pelo seu representante legal e está subordinada à condição suspensiva, que é o nascimento com vida do donatário.
- IV. O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio ou sejam destinados à terceira pessoa se o donatário o preceder na morte.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

57. Dá-se novação quando

- (A) duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor, uma da outra, de dívidas líquidas e vencidas e de coisa fungíveis.
- (B) o terceiro interessado paga dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte.
- (C) novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.
- (D) o credor consente em receber prestação diversa da que lhe é devida, com o escopo de extinguir a obrigação.
- (E) a pessoa obrigada por dois débitos da mesma natureza, líquidos e vencidos, a um só credor, indicar a qual deles oferece pagamento.

58. Considere as seguintes assertivas sobre os bens, de acordo com o Código Civil em vigor:

- I. Os bens públicos de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- II. As energias que tenham valor econômico são consideradas bens móveis para os efeitos legais.
- III. Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- IV. Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações são considerados bens móveis para os efeitos legais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.

59. No que concerne aos defeitos do negócio jurídico é correto afirmar:

- (A) O falso motivo vicia a declaração de vontade em qualquer hipótese, causando a anulação do negócio jurídico por erro.
- (B) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos não é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
- (C) A ameaça do exercício normal de um direito e o temor reverencial podem gerar a anulação do negócio jurídico por coação.
- (D) O dolo acidental não gera a anulação do negócio jurídico, podendo ensejar, apenas, reparação por perdas e danos.
- (E) Não subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveitou dela tivesse ou devesse ter conhecimento.

60. No que concerne à Lei de Introdução ao Código Civil é correto afirmar:

- (A) Em regra, o divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros só será reconhecido no Brasil depois de dois anos da data da sentença.
- (B) Reputa-se direito adquirido aquele já consumado segundo a lei vigente ao tempo que se concretizou.
- (C) Nos Estados estrangeiros a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia, em regra, seis meses depois de oficialmente publicada.
- (D) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes revoga ou modifica lei anterior.
- (E) No sistema jurídico brasileiro, salvo disposição em contrário, não se admite a figura da repristinação.

DIREITO TRIBUTÁRIO

61. João, sabendo da inscrição do seu débito na dívida ativa da Fazenda Estadual, inicia a alienação de todos os seus bens. A Fazenda ajuíza a execução fiscal e o juiz determina a anulação daqueles atos jurídicos de alienação praticados pelo contribuinte. Em seguida, João, em embargos à execução, demonstra que reservara bens suficientes para a liquidação do débito. O juiz, neste caso, deverá

- (A) manter a determinação de anulação dos atos que resultaram na alienação dos bens de João.
- (B) reconsiderar a decisão proferida que determinara a anulação dos atos que resultaram na alienação dos bens de João, tendo em vista a demonstração da reserva de bens suficientes para a liquidação do débito.
- (C) prosseguir com o andamento do feito, sem se pronunciar a respeito da anulação dos atos jurídicos que resultaram na alienação dos bens de João.
- (D) consultar a Fazenda a respeito da eventual reconsideração da decisão que determinara a anulação dos atos jurídicos que resultaram na alienação dos bens de João.
- (E) consultar a Fazenda a respeito da eventual reconsideração da decisão que determinara a anulação dos atos jurídicos que resultaram na alienação dos bens de João e, somente após a concordância daquela, reconsiderar a decisão.

<p>62. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente aplica a lei tributária utilizando-se, sucessivamente,</p> <p>(A) dos princípios gerais do direito; da retroatividade benigna; da boa-fé do contribuinte.</p> <p>(B) da interpretação genérica do direito público; da analogia; dos efeitos econômicos dos atos, e não da sua forma jurídica; de todos os métodos desde que atinjam as finalidades da lei.</p> <p>(C) da analogia; dos princípios gerais do direito tributário; dos princípios gerais do direito público; da equidade.</p> <p>(D) dos princípios gerais do direito público; do pensamento da lei; da equidade; dos atos normativos.</p> <p>(E) dos princípios gerais do direito tributário; da lei interpretativa; da retroatividade benigna; da vontade das partes.</p>	<p>65. Um dos atributos que diferenciam as taxas das contribuições de melhoria é o fato de que as taxas</p> <p>(A) são facultativas, enquanto que as contribuições de melhoria remuneram serviços públicos específicos e indivisíveis, ainda que somente postos à disposição do usuário.</p> <p>(B) não dizem respeito a nenhuma atividade estatal específica, ao passo que as contribuições de melhoria apresentam o atributo da referibilidade.</p> <p>(C) remuneram serviços públicos específicos e indivisíveis, ao passo que as contribuições de melhoria remuneram serviços públicos específicos e divisíveis.</p> <p>(D) são cobradas pela prestação de serviços públicos, ainda que somente postos à disposição do usuário, ao passo que o pagamento das contribuições de melhoria é facultativo.</p> <p>(E) remuneram serviços públicos, ao passo que as contribuições de melhoria têm como contrapartida a valorização imobiliária decorrente da realização de obras públicas.</p>
<p>63. O princípio da não-cumulatividade, em relação ao Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), significa que o</p> <p>(A) contribuinte poderá descontar, do valor devido em cada operação de circulação de mercadorias, o montante do tributo cobrado em operações anteriores.</p> <p>(B) Fisco não poderá exigir, cumulativamente com o IPI, qualquer outro tributo em tese incidente sobre a mesma operação.</p> <p>(C) contribuinte tem o direito à redução progressiva do montante a recolher a título de IPI, conforme o número de operações realizadas desde o início de suas atividades.</p> <p>(D) Fisco deverá excluir o ICMS ou o ISS da base de cálculo do IPI, sempre que qualquer daqueles dois tributos for exigido concomitantemente com este.</p> <p>(E) contribuinte tem o direito à redução progressiva da alíquota do IPI, conforme o número de operações realizadas em determinado espaço de tempo.</p>	<p>66. Os Municípios têm competência para instituir Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), EXCETO sobre</p> <p>(A) assistência médica e planos de saúde.</p> <p>(B) agenciamento ou corretagem de bens móveis.</p> <p>(C) transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.</p> <p>(D) ensino, instrução ou treinamento.</p> <p>(E) receitas de locação de automóveis.</p>
<p>64. O princípio da imunidade recíproca</p> <p>(A) existe para preservar o pacto federativo, prevenindo atritos entre as entidades políticas, decorrentes de relações jurídicas de natureza tributária.</p> <p>(B) aplica-se apenas a impostos, dispensando a entidade imune das obrigações acessórias.</p> <p>(C) aplica-se aos tributos das entidades políticas componentes da Federação Brasileira, bem como em relação à renda, ao patrimônio ou serviços das autarquias e das fundações mantidas pelo Poder Público.</p> <p>(D) impede a tributação, através de impostos, de rendas, patrimônios ou serviços das entidades políticas, bem como de suas autarquias e fundações, sendo que, em relação a estas últimas, desde que direta e exclusivamente vinculados às suas finalidades essenciais.</p> <p>(E) impede a tributação apenas das entidades políticas.</p>	<p>67. Está sujeita à disciplina específica, por meio de lei complementar, a</p> <p>(A) concessão de isenção de pagamento dos impostos de competência da União Federal.</p> <p>(B) instituição, pela União Federal, de impostos não discriminados na Constituição Federal.</p> <p>(C) majoração de alíquota das contribuições para o financiamento da seguridade social previstas no art. 195 da Constituição Federal.</p> <p>(D) instituição de taxas baseadas no poder de polícia.</p> <p>(E) outorga de anistia de impostos de competência dos Estados e do Distrito Federal.</p>
	<p>68. A lei tributária poderá ser aplicada retroativamente quando</p> <p>(A) instituir tributo.</p> <p>(B) extinguir tributo.</p> <p>(C) deixar de definir determinado ato como infração, ainda que já definitivamente julgado.</p> <p>(D) for expressamente interpretativa.</p> <p>(E) aumentar tributo.</p>

69. A anistia, a conversão de depósito em renda e as reclamações que observem os termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo acarretam, relativamente ao crédito tributário, respectivamente, sua
- (A) exclusão, suspensão, extinção.
 - (B) extinção, suspensão, exclusão.
 - (C) extinção, exclusão, suspensão.
 - (D) extinção, extinção e exclusão.
 - (E) exclusão, extinção, suspensão.

70. A Lei nº 8.212/91, ao instituir o plano de custeio da Seguridade Social, prevê, em seus artigos 45 e 46, o que segue:

“Art. 45. O direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados:

I – do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;

II – da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada. (...)”

“Art. 46. O direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma do artigo anterior, prescreve em 10 (dez) anos.”

Em relação a essa Lei, é correto afirmar que

- (A) o artigo 46 é constitucional, mas o artigo 45 dessa mesma lei padece de inconstitucionalidade, uma vez que a Seguridade Social deve, sob pena de responsabilidade pessoal do agente, constituir o crédito da previdência social.
- (B) o artigo 45 é constitucional, mas o artigo 46 dessa mesma lei padece de inconstitucionalidade, já que o crédito da Fazenda Nacional é imprescritível.
- (C) os artigos 45 e 46 são ambos inconstitucionais, porquanto lei ordinária não poderia estabelecer prazos decadenciais e prescricionais, matéria esta que somente pode ser regulada por lei complementar.
- (D) os artigos 45 e 46 são ambos constitucionais, na medida em que a instituição e a cobrança de contribuições previdenciárias não se submetem ao Capítulo do Sistema Tributário Nacional previsto na Constituição.
- (E) os artigos 45 e 46 são ambos constitucionais, na medida em que a instituição e a cobrança de contribuições previdenciárias não estão sujeitas à regulamentação por meio de lei complementar.

CONTROLE EXTERNO

71. Com supedâneo na Constituição do Estado do Ceará, considere as seguintes afirmações:

- I. A Assembléia Legislativa é competente para ordenar a sustação de contrato impugnado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
- II. Os Deputados, diretamente, são competentes, desde que recolhidas assinaturas, favoráveis, de no mínimo três parlamentares, para convocar Secretário de Estado, com vistas a que preste informações, pessoalmente, sobre assuntos inerentes às suas atribuições.
- III. As comissões parlamentares de inquérito da Assembléia Legislativa terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, cumulativamente com os de natureza parlamentar.
- IV. A comissão permanente da Assembléia Legislativa incumbida de emitir parecer sobre projeto de lei relativo ao orçamento anual, diante de indícios de despesas não autorizadas, é competente para solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

Estão corretas

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

72. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário cearenses manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade, dentre outras, de:

- I. avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual;
- II. exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias;
- III. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual.

- (A) I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está correta.
- (D) Apenas II e III estão corretas.
- (E) Apenas III está correta.

<p>73. Sob a perspectiva das competências dos Tribunais de Contas diretamente, ou por simetria, deduzidas da Constituição Federal, é correto afirmar, quanto ao controle externo por eles exercido, que</p> <p>(A) é exclusivamente <i>a posteriori</i>. (B) é exclusivamente preventivo. (C) é exclusivamente concomitante. (D) predomina o caráter <i>a posteriori</i>. (E) predomina o caráter preventivo.</p>	<p>76. À luz da Constituição do Estado e de sua Lei Orgânica, compete ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará:</p> <p>I. julgar as contas dos administradores do Ministério Público do Estado do Ceará; II. homologar o cálculo das quotas do ICMS devidas aos Municípios, fiscalizando a entrega dos respectivos recursos; III. fiscalizar as contas de consórcios interestaduais, desde que, do respectivo capital social, o Estado do Ceará participe, no mínimo, em percentual igual ou superior a cinquenta por cento; IV. fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, mediante convênio.</p> <p>SOMENTE estão corretas</p> <p>(A) I e II. (B) I, II e IV. (C) I, III e IV. (D) II, III e IV. (E) II e IV.</p>
<p>74. Suponha que uma Constituição estadual trate dos requisitos para aposentadoria de servidor público de modo diverso da Constituição Federal e de forma mais benéfica ao servidor. Suponha ainda que o Poder Público conceda aposentadoria em favor de servidor público, estritamente com base em norma da Constituição estadual, restando desatendidos os requisitos da Constituição Federal. A partir da presente situação, no exercício do controle externo da aposentadoria, o Tribunal de Contas deverá</p> <p>(A) registrá-la, ante sua escoreta adequação com a Constituição local. (B) registrá-la, mas recomendar à Assembléia Legislativa e ao Governador que deflagrem processo legislativo de projeto de emenda à Constituição local, com o propósito de adequá-la à Constituição Federal. (C) negar-lhe registro diante da inconstitucionalidade do ato da aposentadoria em relação à Constituição Federal, devendo, ainda, de ofício, revogar o dispositivo da Constituição estadual que se mostre em descompasso com a Constituição Federal. (D) negar-lhe registro diante da inconstitucionalidade do ato da aposentadoria em relação à Constituição Federal, devendo, ainda, de ofício, suspender a eficácia do dispositivo da Constituição estadual que se mostre em descompasso com a Constituição Federal. (E) negar-lhe registro diante da inconstitucionalidade do ato da aposentadoria em relação à Constituição Federal.</p>	<p>77. O Tribunal de Contas do Estado do Ceará é composto por sete Conselheiros; destes, com a aprovação da Assembléia Legislativa, compete ao Governador escolher</p> <p>(A) três, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, observando-se os critérios de antigüidade e merecimento. (B) dois, sendo um alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público especial junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, observando-se os critérios de antigüidade e merecimento. (C) três, sendo um alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, mediante livre escolha. (D) quatro, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, observando-se os critérios de antigüidade e merecimento. (E) quatro, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, mediante livre escolha.</p>
<p>75. O Tribunal de Contas do Estado do Ceará, ao verificar a ilegalidade de ato administrativo, deve</p> <p>(A) imediatamente sustar a execução do ato impugnado. (B) imediatamente comunicar o fato à Assembléia, porquanto a esta, exclusivamente, compete adotar o ato de sustação. (C) assinar prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados; caso o Tribunal não seja atendido, a par de outras medidas, sustará a execução do ato impugnado. (D) assinar prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados; caso o Tribunal não seja atendido, comunicará o fato à Assembléia Legislativa, porquanto a esta, exclusivamente, compete adotar o ato de sustação. (E) imediatamente comunicar o fato ao Poder Judiciário, porquanto a este, exclusivamente, compete adotar o ato de sustação, à luz do princípio da jurisdição una.</p>	

<p>78. Considere as seguintes assertivas relativas ao Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará:</p> <p>I. O Procurador de Contas do Ministério Público Especial será nomeado pelo Governador do Estado.</p> <p>II. A exoneração do Procurador-Geral do Ministério Público Especial, antes do término do mandato, somente poderá ocorrer por deliberação motivada do Plenário do Tribunal de Contas do Estado, pelo voto de dois terços de seus membros.</p> <p>III. Compete ao Ministério Público Especial diretamente promover as cobranças judiciais de imputações de débitos e multas decorrentes de decisões exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado;</p> <p>Acerca das assertivas apresentadas, SOMENTE</p> <p>(A) I está correta.</p> <p>(B) II está correta.</p> <p>(C) III está correta.</p> <p>(D) I e II estão corretas.</p> <p>(E) II e III estão corretas.</p>	<p>81. A apreciação, pelo Tribunal de Contas do Estado, das contas anualmente prestadas pelo Governador, ostenta caráter</p> <p>(A) decisório e definitivo.</p> <p>(B) decisório, mas que comporta revisão recursal pela Assembléia Legislativa.</p> <p>(C) opinativo, mas que só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Assembléia Legislativa.</p> <p>(D) opinativo, mas que só deixará de prevalecer por decisão de três quintos dos membros da Assembléia Legislativa.</p> <p>(E) opinativo, cabendo à Assembléia Legislativa julgá-las.</p>
<p>79. Quanto à denúncia de ilegalidade perante o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, considere que:</p> <p>I. todos os brasileiros têm legitimidade para apresentá-la;</p> <p>II. todo estrangeiro residente no país tem legitimidade para apresentá-la;</p> <p>III. sua tramitação, independentemente da fase procedimental, será sempre pública;</p> <p>IV. sendo improcedente a denúncia, o denunciante não se sujeitará a qualquer sanção administrativa, salvo comprovada sua má-fé.</p> <p>(A) I, II, III e IV estão corretas.</p> <p>(B) Apenas I, III e IV estão corretas.</p> <p>(C) Apenas III e IV estão corretas.</p> <p>(D) Apenas I e IV estão corretas.</p> <p>(E) Apenas IV está correta.</p>	<p>82. A natureza jurídica da apreciação feita pelo Tribunal de Contas, para fins de registro, da legalidade de ato de admissão de servidor público efetivo da Assembléia Legislativa, é</p> <p>(A) judicial.</p> <p>(B) opinativa.</p> <p>(C) decisória, de caráter administrativo, suscetível de ser revista pelo Plenário da Assembléia Legislativa mediante recurso.</p> <p>(D) decisória, de caráter administrativo, vinculante à Administração Pública, mas suscetível de ser revista pelo Poder Judiciário mediante provocação do interessado.</p> <p>(E) decisória, de caráter administrativo, vinculante à Administração Pública e insuscetível de ser revista pelo Poder Judiciário.</p>
<p>80. Ao julgar as contas irregulares, havendo débito, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, além de condenar o responsável ao pagamento da dívida atualizada monetariamente, acrescida dos juros de mora devidos,</p> <p>(A) deverá, ainda, aplicar-lhe multa de até 100% (cem por cento) do valor atualizado do dano causado ao Erário.</p> <p>(B) poderá, ainda, aplicar-lhe multa de até 100% (cem por cento) do valor atualizado do dano causado ao Erário.</p> <p>(C) poderá, ainda, aplicar-lhe multa de até, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do dano causado ao Erário.</p> <p>(D) deverá, ainda, aplicar-lhe multa de até, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do dano causado ao Erário.</p> <p>(E) deverá, ainda, aplicar-lhe multa de até, no máximo, 80% (oitenta por cento) do valor atualizado do dano causado ao Erário.</p>	<p>83. São legitimados a instar o Tribunal de Contas do Estado do Ceará a realizar auditorias e inspeções:</p> <p>I. a Assembléia Legislativa;</p> <p>II. as comissões técnicas ou de inquérito da Assembléia Legislativa;</p> <p>III. somente as comissões de inquérito, no atinente às comissões da Assembléia Legislativa;</p> <p>IV. os deputados, individualmente;</p> <p>V. o Governador.</p> <p>SOMENTE estão corretas</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I, II e V.</p> <p>(D) I, III e V.</p> <p>(E) I, II, IV e V.</p>

84. É correto afirmar:
- (A) Os Tribunais de Contas são prepostos das Casas Legislativas.
 - (B) Os Tribunais de Contas são entes despersonalizados.
 - (C) Os Tribunais de Contas julgam as contas dos administradores públicos e, conseqüentemente, integram o Poder Judiciário.
 - (D) Diante do não pagamento de multa aplicada pelo Tribunal de Contas, o Poder Público deverá propor ação judicial de conhecimento, visando sua cobrança.
 - (E) O controle interno mostra-se inaplicável na órbita administrativa dos Tribunais de Contas.

85. Considere as seguintes assertivas:
- I. É constitucionalmente vedado, aos Tribunais de Contas, exercer qualquer sorte de fiscalização sobre as pessoas jurídicas que não integrem a Administração Pública.
 - II. É constitucionalmente vedado ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará julgar as contas dos Prefeitos Municipais.
 - III. Os sindicatos são parte legítima para denunciar ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
 - IV. Em relação ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, além da imposição de multa ao responsável das contas consideradas irregulares em virtude de dano ao erário, o Conselheiro Relator também poderá inabilitá-lo ao exercício de cargo em comissão ou função de confiança, pelo período máximo de dois anos.

SOMENTE estão corretas

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

SEGURIDADE SOCIAL

86. Entre os princípios que regem a Seguridade Social, encontra-se o da equidade na forma de participação no custeio. Especificamente, segundo esse princípio,
- (A) apenas aqueles que estiverem em igualdade de condições contributivas é que terão que contribuir da mesma forma, diversificando empregados e empregadores.
 - (B) a proteção social deve alcançar todos os eventos cuja reparação seja premente, a fim de manter a subsistência de quem dele necessite.
 - (C) a escolha das prestações será feita de acordo com as possibilidades econômicas-financeiras do sistema da Seguridade Social.
 - (D) os benefícios serão concedidos a quem deles efetivamente necessite, não havendo um único benefício, mas sim vários.
 - (E) deverá ocorrer uma equivalência entre os benefícios e serviços concedidos às populações urbanas e rurais.

87. Considere as seguintes assertivas a respeito do financiamento da Seguridade Social:
- I. A seguridade social será financiada, de forma direta, mediante recursos provenientes exclusivamente do orçamento da União e das contribuições sociais.
 - II. Para as empresas haverá contribuição social sobre rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhes preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
 - III. As contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos sessenta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não podendo recair no mesmo exercício financeiro.
 - IV. São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

88. Observados os requisitos legais, o benefício da aposentadoria por idade
- (A) poderá, em regra, ser concedida ao trabalhador rural, quando, cumprida a carência, forem completados 55 anos de idade, se homem, e 50, se mulher.
 - (B) consistirá, em regra, numa renda mensal de 70% do salário-de-benefício, mais 1% deste, por grupo de 12 contribuições mensais, até o máximo de 30%.
 - (C) não poderá, em regra, resultar da transformação do benefício de aposentadoria por invalidez, havendo expressa vedação legal neste sentido.
 - (D) de segurado empregado será devida a partir da data do desligamento do emprego, se for requerida até 180 dias após a data do efetivo desligamento.
 - (E) possui, em regra, o período de carência de 90 contribuições mensais e não pode ser concedida de forma compulsória.

89. Na contagem recíproca de tempo de contribuição
- (A) será, em regra, admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais.
 - (B) é permitido o computo, para fins de aposentadoria, do período trabalhado no serviço público e prestado na iniciativa privada, exceto para o trabalhador rural.
 - (C) será, em regra, contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro.
 - (D) é permitido o computo, para fins de aposentadoria, do período trabalhado no serviço público e prestado na iniciativa privada, exceto para o trabalhador urbano.
 - (E) é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes.

<p>90. Em regra, excluem-se da condição de contribuinte obrigatório do SUPSEC – Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Cíveis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará,</p> <p>(A) os servidores públicos efetivos inativos dos Tribunais de Conta.</p> <p>(B) o Governador e o Vice-Governador.</p> <p>(C) Magistrados e membros do Ministério Público.</p> <p>(D) os servidores públicos ocupantes exclusivamente de cargos de provimento em comissão.</p> <p>(E) os Conselheiros ativos dos Tribunais de Conta do Estado.</p>	<p>94. No planejamento dos trabalhos de auditoria independente, a possibilidade de o auditor emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas é denominada risco</p> <p>(A) de detecção interna.</p> <p>(B) de auditoria.</p> <p>(C) de controle externo.</p> <p>(D) moral.</p> <p>(E) de erro doloso.</p>
<p>AUDITORIA</p>	<p>95. A existência, efetividade e continuidade dos controles internos da entidade são verificadas pelo auditor independente através dos testes de</p> <p>(A) observância.</p> <p>(B) revisão analítica.</p> <p>(C) conferência da existência das contas.</p> <p>(D) verificação das práticas contábeis.</p> <p>(E) evidência e relevância.</p>
<p>91. A auditoria governamental que objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, em função de determinação expressa de autoridade competente é denominada auditoria:</p> <p>(A) operacional.</p> <p>(B) de acompanhamento da gestão.</p> <p>(C) especial.</p> <p>(D) contábil.</p> <p>(E) de avaliação da gestão.</p>	<p>96. A verificação do comportamento de valores relevantes, mediante índices, quocientes e outros meios, visando identificar tendências ou situações anormais, é efetuada através do procedimento de auditoria denominado</p> <p>(A) conferência de cálculos.</p> <p>(B) investigação e confirmação.</p> <p>(C) teste de observância.</p> <p>(D) teste de aderência.</p> <p>(E) revisão analítica.</p>
<p>92. Uma auditoria foi realizada com a participação de servidores não lotados nos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, que desempenham atividades de auditoria em quaisquer instituições da Administração Pública Federal ou entidade privada. Esse tipo de auditoria é denominada</p> <p>(A) centralizada.</p> <p>(B) integrada.</p> <p>(C) direta.</p> <p>(D) simplificada.</p> <p>(E) indireta.</p> <p>93. O servidor do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo</p> <p>(A) não é obrigado a guardar confidencialidade das informações obtidas.</p> <p>(B) deve atuar em auditorias mesmo que haja conflitos de interesses que possam influenciar a imparcialidade de seu trabalho.</p> <p>(C) não pode valer-se de informações anteriormente produzidas por outros profissionais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, sem a prévia certificação de sua correção.</p> <p>(D) deve possuir, em virtude de sua atuação multidisciplinar, conhecimentos contábeis e econômicos, para o adequado cumprimento do objetivo do trabalho.</p> <p>(E) deve privilegiar, em situações de conflito, o seu conhecimento profissional, mesmo que em detrimento da cortesia e da urbanidade no trato com superiores e subordinados.</p>	<p>97. A divisão da população em subgrupos homogêneos, com o objetivo de diminuir o tamanho da amostra, é uma técnica denominada amostragem</p> <p>(A) não probabilística.</p> <p>(B) estratificada.</p> <p>(C) aleatória simples.</p> <p>(D) aleatória complexa.</p> <p>(E) grupal.</p> <p>98. Os procedimentos de auditoria de conferência de cálculo da equivalência patrimonial aplicam-se às contas que registram</p> <p>(A) investimentos em ações de coligadas ou controladas.</p> <p>(B) aplicações financeiras com rendimentos prefixados.</p> <p>(C) investimentos temporários em títulos públicos.</p> <p>(D) aplicações em ouro considerado como ativo financeiro.</p> <p>(E) empréstimos efetuados a sócios ou acionistas.</p>

<p>99. Os tipos de certificados de auditoria governamental são:</p> <p>(A) sem ressalva, com ressalva e com abstenção de opinião.</p> <p>(B) de legalidade, de legalidade com ressalvas e de ilegalidade.</p> <p>(C) de regularidade, de regularidade com ressalvas e de irregularidade.</p> <p>(D) de regularidade com ênfase, regularidade e regularidade com ressalvas.</p> <p>(E) favorável, com abstenção de opinião e adverso.</p>	<p>103. Em relação às demonstrações contábeis, é correto afirmar:</p> <p>(A) A Demonstração das Mutações Patrimoniais mostra a variação da posição financeira da entidade no curto prazo.</p> <p>(B) A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados pode ser substituída, com vantagens, pela Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.</p> <p>(C) No Balanço Patrimonial, a Reserva de Ágio na Emissão de Ações é uma conta classificada no Patrimônio Líquido como reserva de capital.</p> <p>(D) O cálculo do valor dos dividendos a pagar por ação é evidenciado na Demonstração de Resultado do Exercício.</p> <p>(E) No Balanço Patrimonial, as contas do Ativo são apresentadas em grau crescente de liquidez e as do Passivo em grau crescente de exigibilidade.</p>
<p>100. Em relação à tomada ou prestação de contas, analise as afirmativas a seguir:</p> <p>I. A decisão do Tribunal de Contas que julgar irregular a tomada de contas dos administradores públicos é definitiva e seu mérito não poderá ser apreciado pelo Poder Judiciário.</p> <p>II. Terminativa é a decisão pela qual o Tribunal de Contas julga as contas regulares, regulares com ressalva, ou irregulares.</p> <p>III. Quando julgar as contas regulares com ressalva, o Tribunal de Contas dará quitação ao responsável e determinará a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas.</p> <p>IV. As contas serão consideradas iliquidáveis pelo Tribunal de Contas quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito.</p> <p>Estão corretas as afirmativas:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>104. Em 31/12/2004, o valor do Ativo Circulante da Cia. Estrela do Alvorecer era o dobro de seu Passivo Circulante. Em 31/12/2005, na Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, as origens foram superiores às aplicações em R\$ 110.000,00. Sabendo-se que o Capital Circulante Líquido da companhia em 31/12/2005 montava a R\$ 370.000,00, o valor de seu Passivo Circulante em 31/12/2004 foi, em R\$,</p> <p>(A) 120.000,00</p> <p>(B) 130.000,00</p> <p>(C) 180.000,00</p> <p>(D) 240.000,00</p> <p>(E) 260.000,00</p>
<p style="text-align: center;">CONTABILIDADE</p> <p>101. Na escrituração contábil, as contas classificadas no Passivo Exigível</p> <p>(A) representam créditos de funcionamento.</p> <p>(B) aumentam por crédito.</p> <p>(C) representam créditos contra terceiros.</p> <p>(D) diminuem por crédito.</p> <p>(E) aumentam por débito.</p>	<p>105. A Cia. Alpha detém 60% das ações com direito a voto da Cia. Beta, o que representa 32% do capital total da investida. Em 31/12/2005, o Ativo Total da controlada era R\$ 380.000,00 e seu Passivo Exigível, R\$ 210.000,00. A participação dos acionistas minoritários no Balanço Patrimonial Consolidado do grupo, em 31/12/2005, correspondia, em R\$, a</p> <p>(A) 258.400,00</p> <p>(B) 142.800,00</p> <p>(C) 126.000,00</p> <p>(D) 115.600,00</p> <p>(E) 54.400,00</p>
<p>102. A Cia. Araraquara alienou uma máquina de seu Ativo Imobilizado por R\$ 150.000,00, que tinha sido adquirida há exatos seis anos por R\$ 240.000,00. A vida útil da máquina para fins de depreciação é dez anos, sem nenhum valor residual. Sabendo-se que a companhia utiliza o método de depreciação em linha reta, a transação acarretou para a companhia:</p> <p>(A) resultado não-operacional positivo de R\$ 54.000,00.</p> <p>(B) receita operacional de R\$ 150.000,00.</p> <p>(C) perda de capital no valor de R\$ 90.000,00.</p> <p>(D) ganho de capital de R\$ 6.000,00.</p> <p>(E) aumento do lucro líquido em R\$ 96.000,00.</p>	<p>106. Caracteriza o Orçamento-Programa, em relação a outras técnicas de elaboração orçamentária, a ênfase</p> <p>(A) no controle político do Poder Legislativo sobre os gastos do Poder Executivo.</p> <p>(B) na contenção dos gastos governamentais para adequá-los ao nível de arrecadação.</p> <p>(C) na justificativa do aumento de verbas em relação ao orçamento anterior.</p> <p>(D) no controle interno e externo de cada gasto realizado pelo Poder Executivo.</p> <p>(E) no planejamento da ação governamental e na avaliação dos resultados.</p>

107. A arrecadação de receita orçamentária corrente é registrada contabilmente no **sistema orçamentário** através do lançamento:

- (A) Bancos
a Receita Corrente
- (B) Receita Arrecadada Corrente
a Receita Prevista Corrente
- (C) Receita Arrecadada Corrente
a Bancos
- (D) Receita Orçamentária Corrente
a Receita Prevista Corrente
- (E) Bancos
a Receita Prevista Corrente

108. São exemplos de receitas extra-orçamentárias:

- (A) Os depósitos judiciais oriundos do contencioso fiscal.
- (B) As amortizações de empréstimos concedidos a outros entes públicos.
- (C) Os ingressos decorrentes da alienação de bens móveis e imóveis.
- (D) As entradas relativas às contribuições de intervenção no domínio econômico.
- (E) As receitas agropecuárias e industriais.

109. O empenho que se destina a atender despesa determinada e quantificada, mas a ser liquidada e paga parceladamente durante a fluência do exercício, é denominado empenho

- (A) ordinário.
- (B) operacional.
- (C) por estimativa.
- (D) global.
- (E) de gestão.

110. Um contribuinte, tendo pago valor a maior de Imposto Predial e Territorial Urbano no exercício de 2005, entrou com pedido de restituição junto à prefeitura de seu município. A restituição foi deferida pelo órgão competente no próprio exercício de 2005, mas foi paga apenas no exercício de 2006. O lançamento contábil correspondente, no sistema financeiro, em 2005, será:

- (A) Restituições a Pagar de 2005
a Caixa
- (B) Restituições e Indenizações
a Restituições a Pagar em 2005
- (C) Receita Tributária
a Restituições a Pagar em 2005
- (D) Receita Tributária
a Restituições e Indenizações
- (E) Receita Tributária
a Restos a Pagar de 2005

ECONOMIA

111. É medida de política monetária que pode ser praticada pelo Banco Central para expandir os meios de pagamento da economia:

- (A) venda de títulos em operações de mercado aberto.
- (B) elevação da taxa de redesconto de liquidez.
- (C) aumento da oferta de divisas no mercado de câmbio.
- (D) redução da taxa do depósito compulsório dos bancos.
- (E) redução da oferta de crédito ao setor público.

112. Num regime de concorrência perfeita, as curvas de demanda e de oferta de um bem são dadas, respectivamente, por:

$$Q_d = 1.600 - 20 P$$

$$Q_o = -200 + 10 P$$

Onde:

- Qd = quantidade demandada
- Qo = quantidade ofertada
- P = preço do bem

Se a função de demanda se deslocar para a direita, passando a ser $Q_d = 1900 - 20 P$, na nova posição de equilíbrio

- (A) o novo preço de mercado será R\$ 10,00 superior ao preço anterior.
- (B) haverá excesso de mercadorias porque a demanda aumentou e a oferta se manteve estável.
- (C) o preço de mercado permanecerá inalterado.
- (D) a quantidade total demandada no mercado irá diminuir.
- (E) a quantidade demandada no mercado irá aumentar em 50 unidades.

113. Sobre o Balanço de Pagamentos de um país, é correto afirmar:

- (A) As exportações de serviços de fatores de produção são registradas na conta financeira.
- (B) Os juros de empréstimos externos são registrados na conta capital.
- (C) Se seu saldo for positivo, as reservas internacionais do país aumentarão.
- (D) O registro de reinvestimentos estrangeiros não aumenta o Passivo Externo Líquido.
- (E) As amortizações de empréstimos externos são registradas na Balança Comercial.

114. Caracterizava a atuação do Estado Desenvolvimentista no Brasil:

- (A) Política explícita de subsídio agrícola ao setor primário exportador, visando a aumentar sua competitividade no exterior.
- (B) Altas taxas de proteção aduaneira, com o objetivo de proteger a indústria interna nascente substituidora de importações.
- (C) Alto grau de abertura para o exterior para usufruir as vantagens comparativas do país em relação aos produtos primários.
- (D) Grandes obras de infra-estrutura bem sucedidas com a utilização de volumes expressivos de capital estrangeiro, como por exemplo a Ferrovia do Aço.
- (E) Preocupação excessiva com o nível de geração de emprego no setor industrial, incentivando os investimentos intensivos de mão-de-obra.

115. Na década de 1990, a partir do Governo Collor, iniciou-se um processo de liberalização da economia, com a lenta e gradual diminuição das alíquotas aduaneiras e das restrições às importações, acompanhado pelo início de um processo de privatização das empresas estatais, principalmente no âmbito da União. A respeito desse processo de privatização, é correto afirmar:
- (A) A receita decorrente constituiu um elemento decisivo no ajuste fiscal da União, tendo contribuído para resolver definitivamente o equilíbrio das contas públicas.
 - (B) A opção por esse processo colocou a política econômica praticada no país em direção oposta à preconizada pela retórica do “Consenso de Washington”.
 - (C) Na primeira fase do processo (1990 – 1995), os setores mais importantes privatizados foram os de telecomunicações e energia elétrica.
 - (D) A maioria dos estudos acadêmicos concluiu que o processo contribuiu de forma decisiva para o aumento do volume de emprego oferecido pelas empresas privatizadas.
 - (E) Do ponto de vista fiscal, a privatização representou um ganho pela liberação da obrigação do Estado em efetuar investimentos nas empresas estatais.

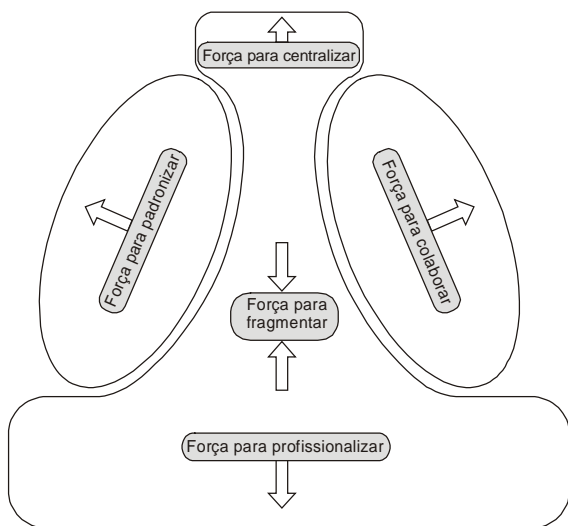
117. “Estrutura altamente orgânica, com pouca formalização do comportamento; sua especialização do trabalho é altamente horizontalizada, baseada em treinamento formal; tendência a agrupar especialistas das unidades funcionais para propósitos de organização interna divididos em pequenas equipes de projeto, baseadas no mercado, que visam à execução de um trabalho específico; confia nos instrumentos de interligação para encorajar o ajustamento mútuo, mecanismo-chave de coordenação interna e entre as equipes; e adota a descentralização seletiva das equipes localizadas em vários pontos da organização, envolvendo vários grupos formados por gerentes de linha, especialistas operacionais e assessores.”

O texto descreve a estrutura organizacional básica denominada

- (A) burocracia mecanizada.
- (B) burocracia profissional.
- (C) adhocracia.
- (D) divisionalizada.
- (E) departamentalizada.

ADMINISTRAÇÃO

116. No modelo de *design* organizacional desenvolvido por Mintzberg uma organização formal é dividida em 5 partes onde, cada uma das partes é impulsionada por uma força, conforme a figura abaixo.



A força direcionada à fragmentação da estrutura está relacionada com a configuração estrutural denominada

- (A) forma divisionalizada.
- (B) estrutura simples.
- (C) burocracia mecanizada.
- (D) burocracia profissional.
- (E) adhocracia.

118. Aquele que propõe metas desafiadoras, esperando que o seguidor dê o melhor de si no desempenho de suas atividades na organização é um líder

- (A) transformacional.
- (B) diretivo.
- (C) apoiador.
- (D) participativo.
- (E) orientado para a realização.

119. Na sua teoria de motivação e higiene Herzberg observou que, quando as pessoas se sentiam insatisfeitas com o seu trabalho, estavam preocupadas com o ambiente em que trabalhavam. Herzberg chamou esta categoria de fatores

- (A) de auto-estima.
- (B) motivadores.
- (C) fisiológicos.
- (D) de higiene.
- (E) de segurança.

120. A autoridade confiada a determinada pessoa para que, no âmbito de uma empresa, possa regulamentar certo número de atividades, basicamente homogêneas é denominada autoridade:

- (A) de fiscalização.
- (B) funcional.
- (C) de linha.
- (D) hierárquica.
- (E) operacional.